

Angela Weiss/AFP



Conselho de Segurança debate as ações militares dos EUA no Caribe

Departamento de Segurança Interna/AFP



O petroleiro Centuries, no momento da apreensão, no sábado

Pedro Mattey/AFP



Simpaticantes de motocicleta contra Trump, na segunda-feira, na capital

## TENSÃO NAS AMÉRICAS

# Maduro contra-ataca

Assembleia Nacional da Venezuela, controlada pelo chavismo, aprova legislação que prevê penas de até 20 anos de prisão a quem apoia a pirataria e o bloqueio naval imposto pelos EUA. Na ONU, China e Rússia criticam Washington

» RODRIGO CRAVEIRO

**F**oi com uma salva de palmas, de pé, que os deputados da Assembleia Nacional da Venezuela — controlada pelo regime de Nicolás Maduro — celebraram a aprovação unânime da "Lei para garantir as liberdades de navegação e comércio ante a pirataria, bloqueios e outros atos ilícitos internacionais". Obrigado, membros do Parlamento, por sua coragem, tenacidade e força demonstradas no exercício de suas funções parlamentares. Aprovamos uma lei importante em defesa da nossa pátria", declarou o chavista Jorge Rodríguez, presidente da Assembleia. Ele acrescentou que a Venezuela goza de um "Poder Legislativo forte, valente, patriota e venezuelano". O texto estabelece penas de até 20 anos de prisão para aqueles que respaldarem a pirataria e o bloqueio naval dos Estados Unidos.

Em pronunciamento na emissora VTV, Maduro elogiou a aprovação do projeto de lei. "É uma lei especial para fazer cumprir os convênios mundiais que proíbem o ataque a navios, a pirataria e todos os delitos contra o comércio internacional", declarou o líder venezuelano, que mencionou a pressão exercida pelo governo Donald Trump contra seu país. "Esse teste que a vida nos impõe é o que precisávamos para dar o salto econômico e nos libertar da dependência do petróleo. Nós vamos superar essa prova e ficaremos mais fortes, enquanto economia e nação soberana."

Em Nova York, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) reuniu-se para debater os bombardeios norte-americanos contra lanchas supostamente usadas pelo narcotráfico venezuelano, no Mar do Sul do Caribe. "Os Estados Unidos não reconhecem Nicolás Maduro nem seus aliados como governo legítimo da Venezuela; é um fugitivo da Justiça estadunidense", afirmou Mike Waltz, embaixador dos EUA na ONU. A Rússia e a China fizeram críticas duras à pressão militar e econômica de Washington sobre a Venezuela, a qual classificaram como "comportamento de



Deputados da Assembleia Nacional erguem as mãos ao votarem a favor do projeto de lei, no Palácio Federal Legislativo, em Caracas

"cowboy" e "intimidação". "Os Estados Unidos farão tudo o que estiverem em seu poder para proteger nosso hemisfério, nossas fronteiras e o povo americano", respondeu Waltz. A reunião no Conselho foi um pedido da própria Venezuela.

### "Quem é o pirata?"

Eddie Ramírez — ex-presidente da Palmaven, filial da estatal petrolífera PDVSA na área da responsabilidade social — explicou ao *Correio* que o projeto de lei aprovado pela Assembleia Nacional levanta uma polêmica. "Um ponto

**É uma lei especial para fazer cumprir os convênios mundiais que proíbem o ataque a navios, a pirataria e todos os delitos contra o comércio internacional"**

Nicolás Maduro, presidente da Venezuela

a considerar é quem é o pirata. Se um navio hasteia uma bandeira que não é a do país onde está registrado, não há dúvida de que se trata de um

pirata. O mesmo se aplica caso desligue o sistema de rastreamento. O Panamá investiga casos de alteração de bandeira e nome, bem como

irregularidades nos nomes da tripulação. Por outro lado, a Venezuela não tem como fazer cumprir essa lei, exceto prendendo membros da oposição, sob o pretexto de apoiam o bloqueio", disse.

Para Orlando Murillo — diretor da PROVEA, a principal organização em defesa dos direitos humanos na Venezuela —, é exatamente isso que ocorre. "A nova legislação aumenta a possibilidade de reprimir e de castigar os dissidentes. A repressão não cessou. Os mecanismos repressivos e de perseguição política, de identificação do que se chama de 'inimigo interno', são possibilitados por meio

### Eu acho...



*"A legislação é uma forma de tentar silenciar ou diminuir as conversas diárias sobre o conflito político na Venezuela. Desatou-se uma política repressiva muito mais intensa, com momentos de maior volume, em relação às detenções, mas sem jamais cessar. Há períodos de detenções arbitrárias de caráter seletivo, que buscam criar um terror adicional em determinados grupos."*

OSCAR MURILLO, diretor da PROVEA, a principal organização em defesa dos direitos humanos na Venezuela

de legislações, como a aprovada na Assembleia Nacional. Ela estabelece castigos penais muito severos, alguns deles até acima do Código Penal", explica ao *Correio*, por telefone.

Segundo Murillo, o aparato repressor na Venezuela inclui a Assembleia Nacional, o Tribunal Superior de Justiça e a polícia. "Ele é acompanhado de uma narrativa estigmatizante contra todos aqueles que contrariam ou seguem uma linha argumentativa diferente daquela do regime venezuelano", observou. "A repressão tem sido a única resposta de Maduro para tentar enfrentar a crise de legitimidade. Todo o governo necessita de uma justificativa, a qual não pode cair na repressão. Um país como a Venezuela é inviável. O que se exige é confrontar a raiz do conflito político. Na véspera do Natal, temos casos de pessoas das quais se desconhece o paradeiro. Há uma possibilidade de que qualquer ativista, advogado, economista ou dirigente político pode ser preso de forma arbitrária apenas por suas declarações ou opiniões."

## CASO EPSTEIN

# Novos documentos fazem menção a Trump

Um novo conjunto de documentos do arquivo do caso (Jeffrey) Epstein — o financista americano preso por pedofilia e tráfico sexual — traz várias citações ao presidente Donald Trump. O dossier revela que o republicano viajou no jato privado de Epstein em oito ocasiões. Um material específico ganhou as manchetes dos principais jornais dos Estados Unidos. Em uma carta atribuída ao financista e direcionada a Larry Nassar, ex-médico da equipe dos EUA de ginástica condenado à prisão perpétua por centenas de agressões sexuais, o nome de Trump aparece citado.

No texto, aparentemente escrito durante o primeiro mandato de Trump, Epstein reclama que ele e Nassar estavam presos enquanto o "presidente compartilha nosso amor por garotas jovens e bonitas". E continua: "Quando uma jovem bonita passava, ele adorava 'passar a mão'". Em rara defesa do chefe do Executivo, o Departamento de Justiça afirmou que alguns desses arquivos continham alegações "falsas e sensacionalistas".

Trump, 79 anos, não reagiu de imediato à divulgação dos 11 mil novos documentos. Na véspera, ele insistiu em que não aprovava a divulgação dos arquivos pois poderia



Faixa com a foto de Trump e Epstein estendida em frente ao Capitólio

prejudicar inocentes. "Todo mundo era amigo desse cara", afirmou. O presidente reconhece ter convivido com Epstein nos anos 1990, mas garante ter rompido os laços antes dos problemas com a Justiça.

"O Departamento de Justiça está dificultando para nós a busca pela transparência. Eles nos lançam um monte de arquivos que não fazem sentido, pois tratam-se de lixo", admitiu ao *Correio* a brasileira Marina Lacerda, 37 anos, abusada sexualmente por Epstein dos 14 aos 17 anos. "Isso nada tem a ver com o que buscamos. É outro tipo de distração", criticou.

Outra vítima de Epstein, Lisa Phillips comparou a divulgação

dos arquivos Epstein a "descascar apenas algumas camadas de uma cebola enorme". "O público recebeu apenas uma fração dos arquivos, repletos de trechos excessivamente censurados e sem explicação. O mais preocupante é que as identidades das sobreviventes foram expostas, enquanto informações sobre supostos cúmplices, finanças e conclusões do júri foram quase totalmente ocultadas", disse ao *Correio*. "Como sobrevivente, a divulgação dos documentos é algo reconfortante e profundamente doloroso: confirma a dimensão do abuso, mas reforça o quanto as instituições falharam em agir", acrescentou. (Rodrigo Craveiro)